

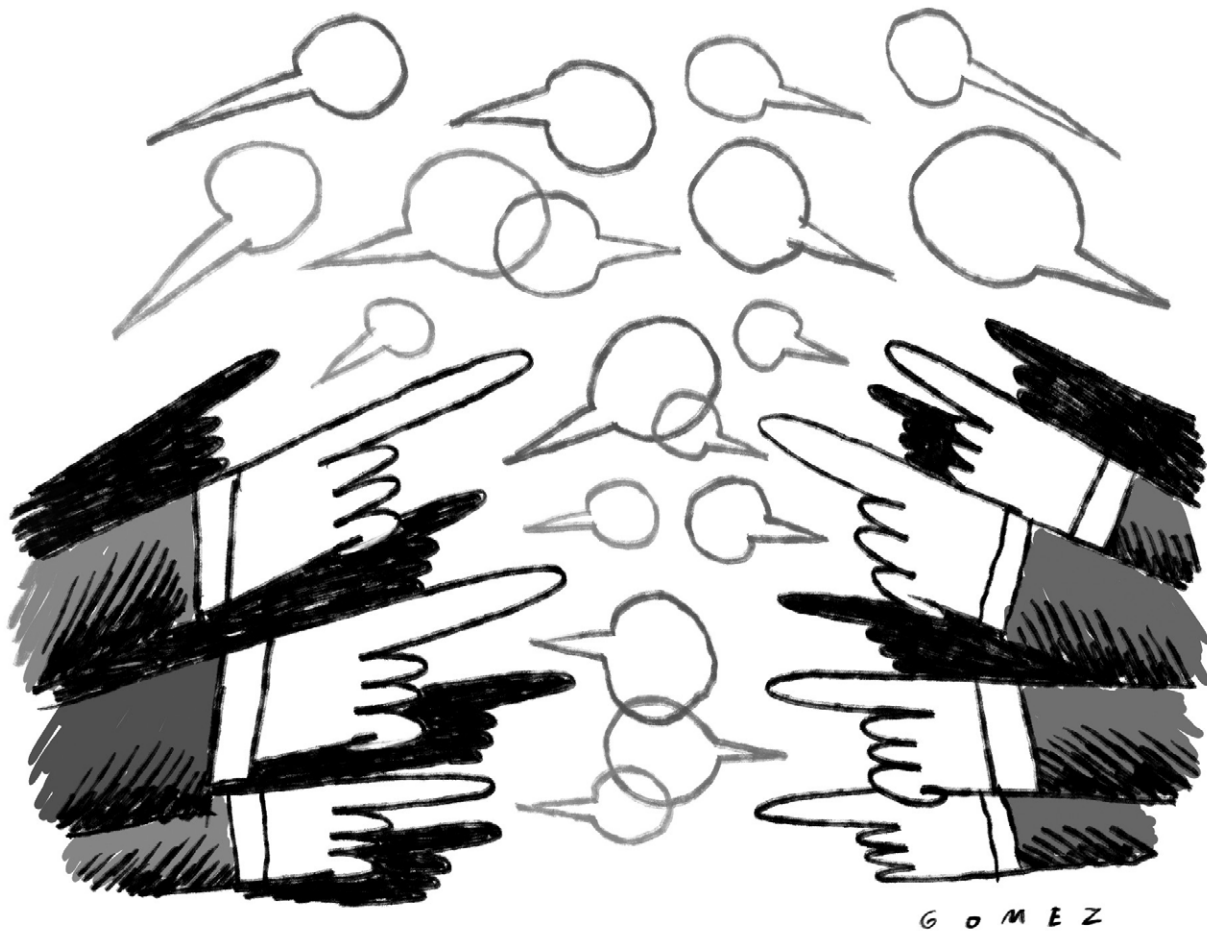
Dissuasão contra antagonistas não admite ideologia

» OTÁVIO SANTANA DO RÉGO BARROS

General de Divisão da Reserva, foi chefe do Centro de Comunicação Social do Exército

Na próxima semana, o Comando de Operações Terrestres (Coter), órgão do Exército brasileiro responsável pelo preparo e emprego da tropa, conduzirá o 1º Seminário Internacional de Doutrina Militar Terrestre. Uma autêntica atividade acadêmico-militar costumeira entre países amigos, recebeu destaque antecipado nos jornais a partir de uma equivocada elaboração conceitual de analistas externos ao evento. Assuntos como antiacesso e negação de área (A2/AD) ou multidomínio, guerra híbrida, guerra cognitiva e guerra entre o povo, naturalmente, serão tratados nesse momento em que as grandes e médias potências se ajustam diante dos novos cenários de conflito. Desses encontros, as forças armadas dos países copartícipes tiram proveito e aplicam os ensinamentos colhidos na preparação de suas forças de defesa para a guerra do futuro. Aqueles analistas críticos do evento defendem que tratar de multidomínio é vincular-se aos Estados Unidos. Argumento impecado, visto que a República Popular da China também o estuda e não se imagina que esse país queira seguir a trilha da água americana.

A guerra híbrida, por exemplo, é estratégia aplicada pela Rússia no conflito com a Ucrânia, um conceito igualmente estudado por outros países e de igual forma não se imagina que os Estados Unidos queiram seguir o grande urso. Estabelecer uma ligação ideológica entre a elaboração desses conceitos e suas utilizações por nações mais poderosas no contexto militar global, ao tempo em que se afirma, por essa mesma ligação, um alinhamento antolhado de nosso país a esses atores é falta de visão sobre a importância da diplomacia militar na construção de um escudo sólido que nos qualifique a exercer com eficácia a defesa de nossa soberania. Quanto mais conhecemos as novas correntes doutrinárias de pensamento, experiências aplicadas nos teatros de operações, equipamentos de emprego militar de última geração, mais as Forças Armadas brasileiras estarão cumprindo o seu papel de dissuadir antagonistas, sedentos de usufruir nossas riquezas. Se queres a paz, prepara-te para a guerra. E nós queremos a paz. É nisso que pensa o Coter ao conduzir o seminário. Avançando na sadia discussão, a paz se constrói com o



envolvimento de todos os campos do poder que devem estar colimados a uma grande estratégia de Estado. No Brasil, não conhecemos esse documento mestre, talvez pela percepção natural de uma população que não se envolve em guerra há mais de 70 anos, talvez pela incompreensão da classe dirigente da importância em tratar responsavelmente de segurança e defesa nacionais. Tamanha é a relevância da diretiva nos Estados Unidos, chamada de estratégia nacional de segurança, que esse é um documento elaborado pela Casa Branca e firmado pelo próprio presidente do país. A última edição foi apresentada em outubro do ano passado. Dela são derivadas as estratégias setoriais para todos os campos do poder e as orientações para as suas consecuições interna e externamente. Eles dividem suas preocupações em várias áreas: Região do Indo-Pacífico, Alianças com a Europa, Compartilhamento da democracia com o Hemisfério Ocidental, Integração no Oriente Médio, Parcerias com a África, Manutenção da paz no Ártico e Proteção do mar, do ar e do espaço. Em nosso país, diante da falta desse

documento basilar para a segurança, defesa e desenvolvimento do Estado, a política nacional de defesa e a estratégia nacional de defesa tentam suprir as lacunas inserindo comentários de outros campos para dar coerência às ideias do campo militar. É errôneo e leniência, aceitar que apenas o estamento militar pense segurança em todos os ramos que ela representa. É claro também que não devemos nos espelhar em propostas similares à americana para a elaboração de uma grande estratégia brasileira. Não nos atenderia e, ademais, ofenderia a Carta Magna. Contudo, a energia de analistas, gestores empresariais, organizações estatais e civis, governo e sociedade em geral precisa ser orientada a partir de uma coluna mestre a fim de que cheguemos a bom porto como país respeitado, ciente de suas possibilidades e deficiências. Sem objetivo bem definido, não se chega a lugar algum. A elaboração de uma grande estratégia brasileira é essencial para fortalecimento do Estado e do governo. Deixo um questionamento, senhores leitores, para estímulo, análise e discussão: a quem caberia assumir a liderança dessa empreitada?

Os bons ventos que sopram no Brasil

» RODRIGO ROLLEMBERG

Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Mdic, foi governador do DF

O Brasil é o país do presente. Faço essa afirmação com a convicção de que o país reúne condições especialíssimas para se inserir de forma competitiva no mercado internacional, assumindo a liderança de uma nova economia, uma economia de baixo carbono, uma economia verde. Temos a maior biodiversidade do planeta, uma grande disponibilidade de biomassa e uma matriz energética limpa, em comparação ao resto do mundo, e com uma capacidade de expansão extraordinária. Além disso, temos um governo comandado pelo presidente Lula, que exerce liderança no cenário mundial e já expressou, de forma clara, os compromissos do Brasil com o combate ao desmatamento e com o enfrentamento das mudanças climáticas. Por sua vez, o vice-presidente, ministro Geraldo Alckmin, tem reiterado que a neoindustrialização, tão necessária para promover o desenvolvimento industrial, agregar valor à nossa pauta de exportações, gerar empregos qualificados e promover o desenvolvimento regional com inclusão social, deve ter entre seus pilares fundamentais a economia verde, sustentada nessas três características: a biodiversidade, a disponibilidade de biomassa e a matriz energética limpa, capaz de promover uma indústria de baixo carbono. As boas notícias estão aí. Recentemente, o presidente Lula assinou o decreto de qualificação da organização social Fundação Universitadas de Estudos Amazônicos, fruto de uma parceria da Universidade Estadual do Amazonas com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de

São Paulo, que vai gerir o CBA, Centro de Bio-negócios da Amazônia. Com a nova personalidade jurídica, o CBA terá maior flexibilidade de gestão, podendo receber recursos do polo industrial de Manaus e devendo fazer parcerias com a iniciativa privada, gerando negócios e produtos que vão transformar a biodiversidade em riqueza para o país e em benefícios às comunidades locais. A reativação do Fundo Amazônia traz um grande alento e esperança às comunidades indígenas, extrativistas, ribeirinhas e a toda a Amazônia, pelos impactos positivos que deve promover a partir da bioeconomia. Ainda na Amazônia, dados do sistema Deter B do Inpe apontam que o desmatamento da floresta amazônica caiu 68% em abril em comparação ao mesmo período de 2022. Mas as boas notícias não param por aí. Tramitam no Ibama, aguardando regulamentação, diversos pedidos de instalação de eólicas offshore (estações de produção de energia por meio dos ventos em alto mar). A participação das eólicas onshore (em terra firme) e fotovoltaica (solar) vem crescendo de forma significativa ano após ano na matriz elétrica brasileira. O potencial do biogás e do biometano é extraordinário. Recentemente, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) ampliou a mistura de biodiesel renovável no diesel fóssil de 10% para 12%, devendo chegar a 15% nos próximos três anos. A cadeia sucroenergética vive uma revolução silenciosa com a crescente produção do etanol de primeira e segunda geração,

da cogeração de energia elétrica, da produção de biogás a partir da vinhaça, da possibilidade de produção de hidrogênio através do processo de reforma a vapor e de uma infinidade de produtos que começam a ser desenvolvidos por tecnologias a partir da fermentação de alta precisão que vão de bioinsumos, bioinoculantes a bioplásticos. Toda essa matriz renovável traz consigo o potencial de produção de hidrogênio sustentável, considerado por muitos o combustível do futuro. No caso do litoral brasileiro, as eólicas onshore e offshore, aliadas aos parques de energia solar, trazem oportunidade de produção do hidrogênio verde, com a consequente atração de plantas industriais da cadeia de suprimentos e indústrias energointensivas, que podem através do hidrogênio, alavancar nossa produção industrial com uma baixa pegada de carbono, tornando-nos mais competitivos no cenário internacional e permitindo a desconcentração do desenvolvimento industrial. Nessa brisa de oportunidades, convém aprovar uma lei que regulamente o mercado de carbono. Para isso, estamos trabalhando conjuntamente com 10 ministérios. Urge também transformar em lei projeto já aprovado no Senado, que agora tramita na Câmara, para regulamentar as eólicas offshore, transformando bilhões de dólares de investimentos em mais energia e empregos para o nosso povo. Com a união de todos, podemos fazer com que os bons ventos que sopram no Brasil também sejam bons ventos que sopram para o Brasil.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Às favas com os relatórios

Não é novidade para ninguém que a observância das leis é pressuposto básico para o estabelecimento da paz social. Sem essa condição, o que se tem é o caos. Em nosso caso particular, e em detrimento da harmonia, as leis parecem ter sido criadas justamente para ser modificadas ou, simplesmente, afrontadas. Quando a lei dos mais fortes se sobrepõem às demais, dando direito a uns e subtraindo de outros, o que se tem é a barbárie. Esse parece ser o caso envolvendo a queda de braço entre a Petrobras e os órgãos de defesa do meio ambiente, mormente o Ibama, que em parecer técnico negou a autorização para que a estatal do petróleo, inicie a prospecção de jazidas desse mineral na foz do Amazonas O mundo observa com grande apreensão essa possibilidade, justamente por causa do delicado equilíbrio ambiental que cerca toda essa área. A ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, deixou claro sua posição contrária a essa exploração, pelos sérios riscos que essa atividade trará para essas localidades. Em caso de vazamento de óleo, o que é uma possibilidade sempre presente nessas atividades, os desastres ambientais poderão ser de grande monta, comprometendo todo esse frágil ecossistema. O presidente da República adiantou que não irá levar ao pé da letra os pareceres técnicos elaborados pelo Ibama. Também o presidente da estatal, Jean Paul Prates vem fazendo pressão para que essa exploração se inicie o quanto antes. Não chega a causar espanto o fato de que os pareceres técnicos elaborados pelo Ibama, são na maioria das vezes, deixados de lado, quando o que está em jogo são interesses econômicos de grande monta. Quem quiser fazer uma retrospectiva acerca dos pareceres técnicos sistematicamente desprezados pelo governo, nos últimos anos, verá que o Ibama e outros órgãos de defesa do meio ambiente não são levados à sério, justamente por contrariar expectativas. A Usina de Belo Monte é um exemplo vivo dessa falta de respeito com nossos biomas. O discurso é sempre o mesmo: “Quem mora na Amazônia tem direito a ter os bens materiais que todo mundo tem”, afirmou recentemente o presidente, para quem a região não deve ser transformada em um santuário. Outro que defende o projeto de exploração naquela área é o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Segundo ele o pseudo risco não deve impedir essa exploração. Causa surpresa que o presidente da República tenha uma visão baseada apenas em lucros imediatos, quando se observa que, ao longo de toda a sua campanha, a questão da proteção do meio ambiente sempre foi explorada exaustivamente. Não foram poucas as vezes que ele criticou ferozmente seu antecessor, a quem acusava de desprezar a Amazônia. Pelo o que se tem visto até aqui, é certo que a Petrobras vencerá essa queda de braço, o que pode contribuir para maior enfraquecimento do Ibama. Também é esperado que, caso a Petrobras venha de fato explorar óleo na foz do Amazonas, a ministra Marina pegue, mais uma vez, seu boné e deixe o governo.

» A frase que foi pronunciada

O que Lula disse sobre a Amazônia? “Não quero transformar a Amazônia em um santuário da humanidade”

Luiz Inácio Lula da Silva, em abril 2023

Mais cimento

» Animado, Marcelo Vaz, do Desenvolvimento Urbano e Habitação, comemora novo parcelamento do solo no Jardim Botânico. Quando a ocupação é regular, os empreendimentos nascem com infraestrutura, disse o secretário.

Lástima

» Ante os impostos pagos pela população, não é justificativa plausível piorar o sistema de saúde por cortes de verbas. Queda da receita é uma resposta completamente absurda. Deputados e senadores que destinaram verbas à saúde de Brasília devem cobrar o destino das altas cifras. O desrespeito com os pacientes da rede pública hospitalar vão desde a falta de leitos até anos de espera por cirurgia.

In memoriam

» Nossos sentimentos à família de Gervásio Cardoso pioneiro na construção da cidade e parceiro de Oscar Niemeyer. Foi arquiteto, urbanista, paisagista e artista plástico, com graduação na primeira turma de arquitetura da Universidade de Brasília em 1968.

» História de Brasília

Comerciantes sem escrúpulos continuam se abastecendo no supermercado, em prejuízo das donas de casa. A retratação de quantidade para certas mercadorias seria uma medida honesta e justa dos supermercados. Gêneros mais disputados: azeite estrangeiro, arroz e carne. (Publicada em 20/3/1962)